

O Colapso de Países, o Temor das Baixas e o Novo Método Americano de Fazer a Guerra

Jeffrey Record

Traduzido da Revista *Parameters*, Verão de 2002

A COMBINAÇÃO de estados falidos, fobia da elite com relação às baixas e as novas táticas de ataques aéreos de precisão, com suas tecnologias associadas, está profundamente alterando o enfoque e estilo das futuras intervenções militares dos EUA no além mar. Os EUA estão começando a praticar um novo método de fazer a guerra em partes do mundo tradicionalmente relacionadas com os interesses de segurança norte-americana.

A Guerra do Golfo, em 1991, foi um ponto de mudança, tanto um fim como um começo. Foi talvez a última grande guerra convencional americana de amplo espectro contra outro estado bem armado e a primeira na qual o poder aéreo efetuou a maior parte do combate contra alvos estratégicos e também contra as forças inimigas de campanha. A Guerra do Golfo também foi a primeira guerra durante a qual um mínimo de baixas se tornou, desde o começo, um objetivo operacional independente. Tanto a formulação dos objetivos da guerra quanto a conduta das operações militares foram governadas pelo temor da liderança política, e especialmente, da militar, que a perda de demasiadas vidas americanas afetasse adversamente o apoio à guerra por parte do público e do Congresso.

Desde a Guerra do Golfo, os EUA realizaram intervenções militares na Somália (1992-94), no Haiti (1994), na Bósnia (1995), em Kosovo (1999), no Afeganistão (2001) e mais recentemente, no Iraque em 2003. Ao contrário da Guerra do Golfo, travada em um lugar de indiscutível valor estratégico para o Ocidente, estas intervenções pós-Guerra do Golfo foram efetuadas em áreas fora dos interesses estratégicos tradicionais americanos na Europa Ocidental, na Ásia Oriental e no Golfo Pérsico. Também ao contrário da Guerra do Golfo, estas intervenções foram realizadas em, ou contra, estados

falidos, incapazes de oferecer alguma resistência eficaz contra o poder militar convencional dos EUA. Em todos os casos, o poder aéreo dos EUA teve praticamente liberdade total no espaço aéreo do inimigo. De ainda mais importância, em duas das três últimas intervenções, na Bósnia e em Kosovo, as forças terrestres dos EUA foram propositadamente impedidas de participar e, na última, no Afeganistão, as forças terrestres dos EUA, que foram inicialmente empregadas, eram pequenas e funcionavam principalmente como observadoras para o poder aéreo americano, à procura dos líderes inimigos. Na Bósnia e no Afeganistão, grandes forças terrestres locais amigas substituíram as americanas, mantendo as baixas dos EUA em um nível mínimo e evitando as potenciais consequências internas das mesmas.

A guerra no Afeganistão exemplifica a crescente inclinação americana pela intervenção em estados falidos (já não existem mais adversários militares convencionais capazes e o futuro da China como um rival estratégico competitivo está longe de ser uma realidade) e pela dependência de um poder aéreo sempre maior e melhor, oferecendo um menor risco de baixas. Esta inclinação se baseia em três fatores: primeiro, uma profunda mudança estrutural no sistema político internacional — especificamente, o surgimento de estados fracos e falidos como a principal ameaça à segurança dos EUA; segundo, uma liderança política e militar com aversão a baixas e; terceiro, a disponibilidade de nova tecnologia militar que parece permitir a eficaz intervenção militar, principalmente desde o ar, com poucas baixas próprias e até mesmo entre os civis inimigos. A guerra no Afeganistão também mostrou que o poder aéreo moderno, sob condições apropriadas, pode conseguir efeitos estratégicos decisivos até mesmo contra o tipo de inimigo

pré-industrial e irregular, outrora considerado imune a um ataque aéreo.¹

Como chegamos a esse ponto?

Estados Falidos como Ameaça Principal

O mais devastador ataque estrangeiro na história dos EUA foi planejado e executado sob a direção de uma rede terrorista internacional sediada em um estado falido. De fato, o relacionamento entre o Talibã e Osama bin Laden e sua organização al Qaeda era simbiótica; o Talibã provia um lugar seguro para bin Laden e seu alto comando e este, em troca, lhe prestava assistência financeira e profissional. Tem havido um relacionamento de apoio mútuo entre terroristas internacionais e estados falidos em todo o mundo e o número de estados falidos ou falindo está

Atualmente, parece haver uma conscientização crescente de que o fenômeno dos estados falidos, mesmo que alguns não tenham valor intrínseco (pelo menos calculado com base nas normas tradicionais), não pode ser ignorado, apesar de alguns — o Afeganistão por exemplo — serem obviamente mais ameaçadores que outros — como a Serra Leoa. As intervenções militares americanas em, ou contra, estados falidos na década passada, porém, foram mais reativas do que preventivas. Esforços políticos e econômicos para defender a necessidade da intervenção militar, têm raramente sido tão impressionantes quanto o uso da força em si.

aumentando, especialmente no mundo islâmico e na África Sub-Saariana. O terrorismo, afinal, é a arma dos fracos, e estados fracos muitas vezes simpatizam com as causas dos terroristas. O Sudão hospedou Osama bin Laden antes que este se mudasse para o Afeganistão.

Há um século, o sistema político internacional era dominado por meia dúzia de grandes poderes europeus, pelo Japão e pelos EUA. A maior parte do que veio a ser conhecido como o Terceiro Mundo foi governada por escritórios coloniais em Londres, Paris, Lisboa e Amsterdã. A fonte principal de instabilidade em um sistema constituído dessa forma foi a rivalidade dos grandes poderes na Europa e no além mar. De fato, com a formação do estado moderno logo após o Tratado de Westphalia (1648), a guerra entre grandes poderes tornou-se o flagelo do sistema internacional. Os próprios EUA se

formaram da rivalidade entre grandes poderes (a aliança franco-americana de 1778 contra a Grã Bretanha tornou possível os acontecimentos em Yorktown) e no século XX os EUA travaram quatro guerras separadas contra outros grandes poderes (duas contra a Alemanha, uma contra o Japão e na Guerra Fria contra a então União Soviética).

O sistema internacional mudou dramaticamente desde 1900. A guerra parece haver desaparecido entre os estados industriais avançados e a Europa, centro de grandes guerras entre estados durante três séculos, tornou-se, por uma variedade de motivos, um continente de paz quase universal.² Mas enquanto a Europa se encaminhava para a paz, o sistema político internacional foi inundado por dúzias de novos estados, muitos insustentáveis, criando-se um fenômeno — o estado falido ou natimorto — que representa a maior fonte da instabilidade internacional atual.

De onde saíram esses estados? De três sucessivas grandes ondas da desintegração imperial: a destruição, durante a I Guerra Mundial, dos impérios de Habsburg e Otomano; a destruição, durante a II Guerra Mundial, dos vastos impérios coloniais da Europa no além mar e; a destruição, durante a Guerra Fria, do império soviético na Europa Oriental e da própria União Soviética, consequentemente. Juntas, estas ondas de desintegração imperial geraram mais de 100 novos estados, dúzias destes com questionável viabilidade política e econômica. Em 1914, meia dúzia de grandes poderes dominavam a maior parte do mundo e havia apenas 59 países independentes, a maioria na Europa e no Hemisfério Ocidental. Hoje, existem mais de 190 países em todo o mundo, incluindo os estados falidos islâmicos da Argélia, do Sudão, da Somália e do Afeganistão.³ A desintegração tampouco parece ter se detido. Os estados que sucederam os impérios continuam a desmoronar na África, no sudeste europeu, no Cáucaso, no sul da Ásia, e no sudeste asiático. A Indonésia, a África do Sul, o Paquistão e até mesmo o Canadá podem ser os próximos a serem subdivididos.

Estados fracos e falidos têm se tornado a fonte principal da instabilidade internacional e têm atraído a intervenção militar dos EUA por se tornarem abrigo e terra fértil para ameaças transnacionais como o terrorismo, o tráfico de drogas, os refugiados, a degradação ambiental e o extremismo político e religioso. Em 11 de setembro de 2001, o Afeganistão era o modelo do estado falido: destituído, arrasado por mais de 20 anos de guerra, governado de maneira incompetente por um grupo primitivo de religiosos que cobrava impostos sobre a venda da heroína e anfitrião da mais sinistra organização internacional terrorista do mundo.⁴

A substituição de estados fortes por fracos como a principal razão da instabilidade política internacional significa que agora predominam as guerras irregulares



Soldat und Technik

Instrutores soviéticos treinando pilotos norte-vietnamitas.

dentro de estados fracos, não as guerras convencionais entre estados fortes. Porém, as implicações desta profunda mudança, tanto para a política externa quanto para o planejamento da defesa dos EUA, não são bem claras.⁵ Durante o século XX, os EUA se concentraram, devidamente, na preparação para guerras com outros grandes poderes. Apesar de terem travado guerras limitadas contra inimigos menores, abordaram esses conflitos como sendo guerras essencialmente convencionais, embora pequenas.

Atualmente, parece haver uma conscientização crescente de que o fenômeno dos estados falidos, mesmo que alguns não tenham valor intrínseco (pelo menos calculado com base nas normas tradicionais), não pode ser ignorado, apesar de alguns — o Afeganistão por exemplo — serem obviamente mais ameaçadores que outros — como a Serra Leoa. As intervenções militares americanas em, ou contra, estados falidos na década passada, porém, foram mais reativas do que preventivas. Esforços políticos e econômicos para defender a necessidade da intervenção militar, têm raramente sido tão impressionantes quanto o uso da força em si. A tendência tem sido ignorar ou procrastinar até que a intervenção seja a menos atraente das linhas de ação. O interesse americano no Afeganistão se evaporou com a derrota da União Soviética lá, no final dos anos 80; os EUA abandonaram os afegãos, que haviam apoiado contra os russos, à pobreza, à guerra civil e, eventualmente, ao controle do Talibã e à chegada

de Osama bin Laden. Certamente, é difícil obter o apoio político interno nos EUA para a reconstrução pós-guerra de estados desmoralizados no além mar, mas as consequên-

Os comunistas vietnamitas incorporavam uma estratégia e uma doutrina de guerra revolucionária sofisticada e comprovada. Eram soberbamente treinados, disciplinados, organizados e liderados e tinham grande habilidade na mobilização política; eram também étnicamente homogêneos com uma única lealdade política a uma causa nacional. Além disso, tinham o apoio crítico externo dos militares chineses e soviéticos e outros tipos de assistência.

cias a longo prazo do não envolvimento são evidentes.

A aversão a mesmo um mínimo apoio ao desenvolvimento nacional no Afeganistão e em outros estados falidos, exacerba as ameaças que estes representam. O Iraque foi um exemplo excelente. Durante a Guerra do Golfo, os EUA não estavam preparados para aceitar a responsabilidade política de um regime pós-Saddam Hussein e assim não quiseram concluir a vitória militar na época. Tampouco houve reação alguma quando os curdos e os xiitas se levantaram contra Saddam logo após a guerra;

os EUA essencialmente abandonaram o povo iraquiano à vingança de Saddam, abrindo caminho para um potencial acerto de contas com o perigoso ditador.

A necessidade de remoção de um regime (em vez da punição do mesmo) parece ser evidente na atual administração do Presidente Bush, que determinou a destruição do regime Talibã no Afeganistão e a remoção de Saddam Hussein do poder por qualquer meio que fosse necessário. Mesmo antes dos ataques do dia 11 de setembro de 2001, o Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, havia preparado a Revisão Quadrienal da Defesa de 2001, que declarava decisivamente que “As forças dos EUA devem manter a capacidade de impor a vontade dos EUA... sobre quaisquer adversários. Tal derrota decisiva deve incluir a mudança do regime de um estado inimigo ou a

Os EUA têm um interesse claro e estratégico em impedir que o Afeganistão volte à sua antiga condição de lugar seguro para entidades do tipo do Talibã e bin Laden. Isto significa, como disse o Subsecretário de Defesa Paul Wolfowitz, que pelo menos “o Afeganistão seja um país onde o povo tenha um razoável nível de estabilidade e, pelo menos no padrão ao qual está acostumado, tenha um nível razoável de prosperidade”.

ocupação de território estrangeiro até que se cumpram os objetivos estratégicos dos EUA.”⁶ Terá sido essa uma expressão implícita de arrependimento relacionada à falha da anterior administração Bush em acabar com Saddam Hussein quando havia tido a oportunidade de fazê-lo?

O que Eliot Cohen chamou de “a vitória radicalmente incompleta” da Guerra do Golfo, não apenas exigiu a manutenção de um grande e politicamente obstrutivo resíduo de presença militar americana na península arábica, mas também condenou o povo iraquiano à prolongada destituição. Pior ainda, a “recusa do povo americano em terminar o trabalho... encorajou outros a ver se podiam encontrar meios de fazer com que os americanos desistissem completamente ou de causar-lhes suficientes danos para forçá-los a não interferirem em seus assuntos.”⁷ Entre estes “outros” estavam Slobodan Milosevic e Osama bin Laden.

A questão é: quanto esforço estão os EUA preparados para fazer para a reconstrução política e econômica de estados cujos regimes foram derrubados pelo seu poder militar? Em um obra estranhamente presciente escrita logo após a Guerra do Golfo, Robert Tucker e David Hendrickson advertiram contra a falta de uma continui-

dade política. “Nos aferramos a uma fórmula para fazer a guerra — na qual baixas americanas são minimizadas e os engajamentos prolongados são evitados — que exige o uso maciço do poder de fogo americano e a rápida retirada das áreas de destruição”, escreveram no *The Imperial Temptation: The New World Order and America's Purpose*. Continuando, afirmaram:

*A fórmula é muito popular mas isto não é razão para que seja aprovada. O seu vício peculiar é que nos incentiva ir à guerra bem mais precipitadamente que o normal enquanto que, simultaneamente, nos permite abandonar a ruína que causamos sem sentirmos o correspondente senso de responsabilidade. Cria uma anarquia e a chama de paz. Em nome da ordem cria o caos. Nos permite assumir um papel imperial sem nos ocuparmos das suas clássicas e inerentes funções.*⁸

Certamente não é da incumbência dos EUA assumir a responsabilidade completa política e econômica por estados falidos em seguida a uma intervenção militar. A reconstrução pós-II Guerra Mundial da Alemanha e do Japão não é um modelo válido porque exigiram assunção do controle militar absoluto e da autoridade política, o que já não é mais aceito no Terceiro Mundo. De qualquer forma, não há apoio por parte do público americano para a direção dos assuntos internos de estados “atrasados” no além mar. Por outro lado, os EUA têm um interesse claro e estratégico em impedir que o Afeganistão volte à sua antiga condição de lugar seguro para entidades do tipo do Talibã e bin Laden. Isto significa, como disse o Subsecretário de Defesa Paul Wolfowitz, que pelo menos “o Afeganistão seja um país onde o povo tenha um razoável nível de estabilidade e, pelo menos no padrão ao qual está acostumado, tenha um nível razoável de prosperidade”.⁹ Portanto, alguma medida de assistência econômica e técnica pós-intervenção será necessária, se não em uma escala de desenvolvimento nacional, certamente em uma de assistência nacional. “Está claro”, argumenta o historiador Paul Schroeder, “que se esta campanha contra o terrorismo em geral quiser ser vitoriosa a longo prazo, irá precisar de governos fortes e eficazes na direção de muitos estados onde os mesmos, no momento, não existem”.¹⁰

Do ponto de vista militar, em se tratando de estados falidos, havia, pelo menos até a guerra no Afeganistão, um entendimento de que forças militares maximizadas para um combate em grande escala contra forças convencionais de outro estado eram de utilidade limitada ao enfrentar forças irregulares de um estado falido ou contra atores não estatais buscando formas assimétricas de fazer a guerra. O militar profissional, compreensivelmente, nunca teve entusiasmo com intervenções em guerras civis estrangeiras, e a experiência no Vietnã convenceu muitos líderes de que os exércitos convencionais oci-



Departamento de Defesa

Um helicóptero CH-47 Chinook decola após ter desembarcado soldados nas montanhas perto de Kobe Sofi no Afeganistão em março 28, 2003.

dentais estão pobremente preparados para lidarem com forças irregulares não ocidentais.

Por outro lado, o rápido e inesperado sucesso militar americano na derrubada do regime Talibã sugere que a “utilidade limitada” de forças convencionais em um ambiente irregular pode, sob determinadas circunstâncias, ser mais que suficiente para cumprir a missão, especialmente se as forças convencionais dispõem de táticas e tecnologias de ponta. Como alvos de uma campanha aérea, o Afeganistão e o Talibã em 2001 pareciam, no início, ser ossos mais duros de roer do que haviam sido os norte vietnamitas e as forças comunistas vietnamitas de campanha durante os anos 60. O Talibã apresentou menor quantidade de alvos e era formado por guerreiros Pushtun, de grande tradição. Esperava-se que combateriam o tipo de guerrilha *jihad* que provou ter tanto sucesso contra os russos nos anos 80.

Mas o Talibã, afinal, demonstrou ser bem diferente dos comunistas vietnamitas dos anos 60.

Há uma grande disparidade qualitativa entre as forças irregulares do Terceiro Mundo. Os comunistas vietnamitas incorporavam uma estratégia e uma doutrina de guerra revolucionária sofisticada e comprovada. Eram soberbamente treinados, disciplinados, organizados e liderados e tinham grande habilidade na mobilização política; eram também étnicamente homogêneos com uma única lealdade política a uma causa nacional. Além

disso, tinham o apoio crítico externo dos militares chineses e soviéticos e outros tipos de assistência.

Em contraste, o Talibã era essencialmente uma milícia

Se pequenas guerras dentro de estados falidos, ou em decadência, têm dominado as exigências sobre o poder militar americano desde o final da Guerra Fria, especialmente desde os ataques de 11 de setembro de 2001, uma profunda aversão, quase uma fobia, sobre baixas americanas, tem dominado o processo decisório do uso de força nos EUA. Este temor de baixas é pronunciado entre a liderança política e militar no país e, na guerra de Kosovo, ocasionou maior prioridade na proteção da força do que no cumprimento da missão.

religiosa de base tribal que, até o ano 2001, havia alienado a maioria dos afegãos com a sua insuportável política de opressão social. Estava também isolado internacionalmente (uma vez que o Paquistão rompeu relações). Pior ainda, o Talibã cometeu o erro de, inicialmente, evitar a guerra da guerrilha em favor da guerra de posição (para a guerrilha, algo que absolutamente não se usa contra

um inimigo de poder de fogo superior), o que permitiu ao poder aéreo americano, com o apoio de observadores de operações especiais em terra, destruir suas forças onde estivessem. O ex-Comandante Supremo Aliado da OTAN, General Wesley Clark, acredita que o Talibã tenha sido “o adversário mais incompetente jamais enfrentado pelos EUA desde os piratas bárberos.”¹¹ Um general paquistanês da reserva disse do Talibã: “Eram uma milícia popular, uma gente desorganizada que tinha algumas armas. Tinham pouco treinamento, que se limitava a saltar obstáculos e a cavar trincheiras; a tática e a estratégia lhes eram algo totalmente desconhecido.”¹²

O Talibã também operava numa cultura de guerra tradicional na qual lealdades políticas eram compradas e vendidas; as forças simplesmente paravam de lutar e até mudavam de lado e de lealdade se fosse de seu interesse

A fobia a baixas da elite tem sido muito abordada em anos recentes. O fato dela existir não está em disputa; ela é refletida na obsessão do Pentágono para com a proteção da força e confirmada durante recentes apurações. Além do mais, existe suficiente evidência de que as elites política e militar estão convencidas que a intolerância do público americano é significativamente maior e mais arraigada do que é na verdade, e são essas elites, afinal, quem tomam as decisões relacionadas com o uso, ou não, da força.

fazê-lo. É difícil imaginar Ho Chi Minh, Vo Nguyen Giap e Le Duan sendo subornados ou entrando em acordo para se renderem.¹³

O Talibã era também, em 2001, odiado no Afeganistão. Popular no início devido à sua promessa de acabar com o mandato violento dos comandantes de guerra, o Talibã em breve tornou-se ferozmente repressivo e a crescente dependência de Osama bin Laden e do patrocínio do serviço de inteligência militar do Paquistão trouxe à tona a questão da sua legitimidade como um governo nacional. De fato, o Talibã era dependente — senão uma criação — do Paquistão.¹⁴ Observa Neamatollah Nujumi, veterano da guerra afegã contra a ocupação soviética: “A posição do Talibã com relação ao *apartheid*, à lavagem étnica, à discriminação religiosa, à violação de direitos humanos internacionais e destruição da herança histórica afegã, afetou a vida individual e social dos afegãos morando nas áreas sob o seu controle. A aliança do Talibã com o Paquistão ofendeu a muitos afegãos que consideravam isso uma violação da sua independência e soberania nacionais. A sua associação com bin Laden

e seus seguidores não afegãos... gerou ainda mais oposição.”¹⁵ Em contraste, os comunistas vietnamitas, por terem expulsado os governantes coloniais franceses, tinham credenciais nacionalistas inatacáveis, especialmente contra um governo sul vietnamita que era pouco mais que uma criação americana da Guerra Fria.

Mas até mesmo a inferioridade do Talibã, quando comparada ao inimigo comunista enfrentado no Vietnã, não era garantia de um sucesso americano total no Afeganistão. A maioria da liderança sênior do Talibã iludiu a morte ou captura e muitos se passaram para o lado vencedor.¹⁶ Até agora, desconhece-se a sorte de Osama bin Laden e muitos dos seus combatentes da al Qaeda, que estavam escondidos em Tora Bora, aparentemente conseguiram escapar para o Paquistão.¹⁷ Houve inclusive rumores que alguns comandantes de guerra afegãos, contratados pelos EUA para caçarem furtivos nas montanhas de Tora Bora, estavam na verdade ajudando a contrabandear membros da al Qaeda para dentro do Paquistão.¹⁸ Em janeiro de 2002, o governador local de Kandahar concedeu anistia a sete antigos altos oficiais do Talibã procurados pelos EUA, incluindo os ex-ministros da defesa e da justiça.¹⁹ Acredita-se que cerca de 6.000 indivíduos das antigas tropas do Talibã se uniram ao novo Exército afegão, responsável por manter a segurança interna no país.²⁰

Permanece a dúvida, pelo menos até o presente momento, se o Afeganistão poderá se recuperar de sua condição de estado falido. Logo após a derrota do Talibã, os comandantes de guerra locais e regionais reassumiram o seu poder às custas da autoridade central política em Kandahar.²¹ Além disso, as duras batalhas nas montanhas ao sul de Gardez em março de 2002, durante as quais elementos da 101ª Divisão Aeroterrestre e da 10ª Divisão de Montanha participaram (Operação Anaconda), provaram que a al Qaeda continua a ser uma força longe de se considerar acabada no Afeganistão.²²

O Temor das Baixas

Se pequenas guerras dentro de estados falidos, ou em decadência, têm dominado as exigências sobre o poder militar americano desde o final da Guerra Fria, especialmente desde os ataques de 11 de setembro de 2001, uma profunda aversão, quase uma fobia, sobre baixas americanas, tem dominado o processo decisório do uso de força nos EUA. Este temor de baixas é pronunciado entre a liderança política e militar no país e, na guerra de Kosovo, ocasionou maior prioridade na proteção da força do que no cumprimento da missão. De fato, a evidência disponível identifica uma disparidade significativa na tolerância de baixas entre a liderança e o cidadão comum, este último mais disposto a aceitar baixas de guerra, dependendo das circunstâncias.

A guerra no Afeganistão pode alterar esse fenômeno. Influenciada pelo ataque devastador contra a nação

americana, ela produziu uma disposição bem maior, por parte do público americano, para o derramamento de sangue do que as prévias intervenções na Somália, no Haiti e na antiga Iugoslávia, onde o interesse americano era considerado comparativamente fraco. Logo após os ataques do dia 11 de setembro de 2001, de acordo com Michael Barone: “Os americanos estão mais dispostos a aceitarem baixas do que qualquer um em nossa mídia possa crer. Muitas das restrições que as pessoas percebiam incorporadas às políticas estrangeira e militar, durante a administração do Presidente Clinton e as duas administrações Bush, provavelmente nunca foram tão necessárias quanto pensavam ser. De qualquer forma, agora não o são, claramente. O povo americano terá muito controle sobre esta guerra contra o terrorismo.”²³ Charles Krauthammer vai além disso ao afirmar: “A América é alérgica a baixas — mas somente durante guerras que não importam. A nossa história durante o século passado sugere uma teoria geral de baixas: a capacidade dos EUA de aceitar baixas é quase infinita, contanto que as guerras sejam guerras de necessidade.”²⁴

As operações de combate dos EUA no Afeganistão foram, de qualquer forma, conduzidas de maneira coerente com as das operações com fobia a baixas *Deliberate Force* (na Bósnia) e *Allied Force* (em Kosovo). Ou a liderança política e militar continuava com fobia a baixas ou as circunstâncias permitiram uma vitória barata, ou então — e mais provavelmente — ambos os casos existiram. O “Vietnã e Mogadishu”, adverte o historiador Paul Kennedy, “ainda projetam sombras no assunto dos desdobramentos terrestres no exterior”.²⁵ Claramente, a administração do Presidente Bush não quis arriscar-se a uma repetição da experiência russa no Afeganistão, o que exigia evitar, e até mesmo aparentar, uma presença militar americana forte na área. Também tinha à sua disposição uma aliança anti-Talibã interna no Afeganistão. Mas a dependência dela provou ser uma faca de dois gumes. Poupano vidas americanas, mas também tornou mais fácil a fuga de Osama bin Laden e de boa parte da liderança da al Qaeda. As tropas americanas não participaram da maioria das potencialmente perigosas buscas nas cavernas na área de Tora Bora, levando alguns comentaristas a concluir que a contínua fobia a baixas — a guerra barata — pode ter poupado bin Laden para continuar a sua luta.²⁶ Porém, por volta de março, os EUA aparentemente haviam aprendido a lição de Tora Bora e assumiram uma maior aceitação do risco de baixas; durante a Operação Anaconda, forças terrestres americanas, pela primeira vez, assumiram a liderança no combate contra as forças da al Qaeda.²⁷

A fobia a baixas da elite tem sido muito abordada em anos recentes. O fato dela existir não está em disputa; ela é refletida na obsessão do Pentágono para com a proteção da força²⁸ e confirmada durante recentes apurações.

Além do mais, existe suficiente evidência de que as elites política e militar estão convencidas que a intolerância do público americano é significativamente maior e mais arraigada do que é na verdade, e são essas elites, afinal, quem tomam as decisões relacionadas com o uso, ou não, da força.

Uma forte aversão a baixas encontra-se enraizada na história e na cultura dos EUA. O povo americano dá muito mais valor ao indivíduo do que ao estado e tem sempre procurado — com bastante sucesso, a propósito — substituir o sangue na batalha pela tecnologia. Mas somente recentemente tem essa aversão se tornado, pelo menos na mente dos que tomam as decisões relativas à guerra e à paz, uma fobia — ou seja, uma aversão tão forte que é capaz de tornar mais importante a segurança das tropas americanas do que as missões as serem cumpridas.

As conseqüências estratégicas da fobia a baixas da elite, assim como as suas implicações para a ética militar, já foram abordadas por outros autores.³³ Basta dizer que essas conseqüências incluem: hesitação política durante crises que ameaçam terminar em guerras; eficácia militar degradada; amigos e aliados desencorajados; e inimigos encorajados. A aparente reputação americana de temor às baixas, fomentada pela derrota no Vietnã e pela humilhação no Líbano, incentivaram Saddam Hussein a invadir o Kuwait e a resistir a todo esforço americano para tirá-lo de lá. Ele acreditou que podia infligir mais baixas nas forças americanas do que a política interna dos EUA poderia aceitar.

A aversão a baixas é saudável; a fobia não. Ironicamente, a fobia pode ter sido alimentada pela Guerra do Golfo e até mais pelas guerras em Kosovo e no Afeganistão, que parecem representar prospectos de guerras com poucas mortes americanas.

A fobia vem da Guerra do Vietnã (e aparentemente revalidada no Beirute e na Somália). O Vietnã produziu uma geração de líderes políticos e militares que é muito mais relutante no uso da força do que aqueles para quem Munique e a II Guerra Mundial foram os grandes exemplos da política externa. A mensagem de Munique foi o imperativo de se usar a força cedo e de maneira decisiva contra conquistadores iniciantes; a mensagem aparente do Vietnã é que os riscos do uso da força — tanto no campo de batalha como na arena política interna — na maioria das vezes são maiores que os benefícios, especialmente em casos de possíveis intervenções em guerras civis de

outros países.²⁹

O temor a baixas é maior entre a liderança militar, especialmente no Exército, ainda sofrendo da síndrome do Vietnã. A base dessa síndrome, na forma como evoluiu desde a guerra, é a convicção de que o público não tem estômago para baixas e, assim, os líderes, usando da força em situações de intervenção opcional,³⁰ devem estar preparados para sacrificar a eficácia operacional e até mesmo estratégica em prol de um mínimo de baixas. Esta convicção produziu uma vitória militar politicamente insatisfatória contra o Iraque e quase uma década de estratégias ineficientes na antiga Iugoslávia, culminando com uma guerra da OTAN contra a Sérvia na qual a proteção da força recebeu prioridade sobre o cumprimento da missão. O resultado: uma estranha falta de conexão entre os fins políticos e os meios militares, na qual uma aplicação exclusiva, inicialmente tímida, de poder aéreo, provocou uma aceleração da limpeza étnica sérvia em Kosovo que havia sido a causa principal da reação bélica da OTAN.

Mas a lição do Vietnã — e também da guerra no Afeganistão — é que a atitude do público com relação às baixas depende da situação. É difícil conquistar o apoio público para guerras durante as quais, como no Vietnã, um grande volume de baixas ocorre durante um longo período de tempo sem algum progresso convincente para um fim satisfatório das hostilidades. O mesmo ocorre com as intervenções militares, como as conduzidas no Líbano e na Somália, onde até mesmo baixas comparativamente pequenas ocorrem em meio à ausência de interesses claros que justifiquem as mesmas. Guerras sangrentas e inconclusivas, travadas sem interesses convincentes, são as piores para a obtenção do apoio público. Por outro lado, o público está preparado para aceitar grandes sacrifícios em situações onde seus interesses vitais são diretamente ameaçados, como quando o Japão atacou Pearl Harbor em 1941 e também após o ataque terrorista contra o *World Trade Center* e o Pentágono, 60 anos mais tarde. Mas a maioria das situações ocorrem entre os ataques diretos contra americanos e as enganosas e injustificáveis intervenções no Líbano e na Somália. É nessas situações intermediárias — como por exemplo a Coreia, o Vietnã e as guerras do Golfo — que a liderança presidencial (ou falta dela) pode fazer a diferença com relação ao apoio público.

A natureza contingencial da tolerância pública por baixas, muito influenciada pela capacidade da liderança presidencial mobilizar a opinião pública, é apoiada em diversos estudos.³¹ De fato, a liderança presidencial e a conclusão da batalha podem ser determinantes mais importantes da tolerância pública por baixas que a presença de interesses estratégicos convincentes (a definição dos quais é também muito sujeita à influência presidencial). Esses interesses foram questionados no caso de

Granada em 1983, mas a rápida e conclusiva invasão da ilha e a derrota do governo marxista (apoiado por Cuba) foram aplaudidas pela maioria dos americanos. A invasão do Kuwait por parte do Iraque não representou nenhuma ameaça direta à segurança dos EUA e o então Presidente Bush (pai) teve dificuldade, no início, para mobilizar o apoio do público e do Congresso americano a favor de sua decisão de forçar os iraquianos a abandonar o Kuwait, de uma maneira ou de outra. Mas no final assim o fez, levando o país a uma guerra durante a qual a expectativa do público sobre as baixas era muito maior do que o número de baixas que efetivamente ocorreu.

Uma recente pesquisa e outras informações obtidas pelo Projeto do Instituto Triângulo para Estudos sobre a Segurança (*Triangle Institute for Security Studies Project*) sobre a lacuna existente entre as sociedades civil e militar, confirmam a forte crença da elite de que o público americano não suportará baixas, apesar do grande volume de evidência em contrário. Os dados também revelam que os oficiais militares mais antigos têm bem mais fobia a baixas que as autoridades civis, talvez porque os primeiros não confiam que as últimas se manterão firmes no curso do combate uma vez que comecem a chegar, em grande número, os corpos dos combatentes mortos na batalha.³²

As conseqüências estratégicas da fobia a baixas da elite, assim como as suas implicações para a ética militar, já foram abordadas por outros autores.³³ Basta dizer que essas conseqüências incluem: hesitação política durante crises que ameaçam terminar em guerras; eficácia militar degradada; amigos e aliados desencorajados; e inimigos encorajados. A aparente reputação americana de temor às baixas, fomentada pela derrota no Vietnã e pela humilhação no Líbano, incentivaram Saddam Hussein a invadir o Kuwait e a resistir a todo esforço americano para tirá-lo de lá. Ele acreditou que podia infligir mais baixas nas forças americanas do que a política interna dos EUA poderia aceitar.³⁴

Osama bin Laden também acreditava, pelo menos antes da reação americana aos ataques de 11 de setembro, que os americanos não suportariam ver o derramamento do seu próprio sangue. Ele interpretou a retirada dos EUA da Somália como prova de que, assim como no Afeganistão, era possível expulsar uma super potência de um país muçulmano. De fato, ele disse ao repórter Robert Fisk em 1997 que “a nossa batalha contra a América é bem mais simples que a guerra contra a (antiga) União Soviética, porque alguns de nossos *mujahideen* que lutaram, aqui no Afeganistão, também participaram de operações contra os americanos na Somália — e ficaram surpresos com o colapso do moral americano. Isto nos convenceu que os EUA são um tigre de papel”.³⁵

A Somália aparentemente confirmou a lição do fracasso americano no Líbano uma década antes. “



Departamento de Defesa

Viaturas de transporte pessoal, carros de combate e caminhões iraquianos destruídos por um ataque da Coalizão ao longo de uma estrada no Vale do Rio Eufrates durante a Operação Desert Storm.

Vimos, durante a última década, o declínio do governo americano e a fraqueza do soldado americano, que está preparado para combater em guerras frias mas não em guerras longas”, disse bin Laden a John Miller da *ABC News* em 1998. “Isso foi demonstrado em Beirute quando os Fuzileiros Navais fugiram depois de duas explosões. Também prova que podem fugir em menos de 24 horas, e isso foi repetido na Somália... quando abandonaram a idéia de serem líderes do mundo e líderes da nova ordem mundial. Foram-se, levando seus cadáveres e sua derrota e deixaram de usar esses títulos.”³⁶ O Presidente George W. Bush lamentou essa falsa percepção. Durante uma entrevista em dezembro de 2001 com Bob Woodward, o Presidente declarou, “Eu acredito que exista uma percepção, no resto do mundo de que a América é tão materialista... quase hedonística... que, quando atacada, não seria capaz de reagir. Ficou claro que bin Laden se sentiu encorajado e que não temia os EUA.”³⁷

Mas a pior consequência estratégica da fobia a baixas é o encorajamento prestado pelo uso da força em situações politicamente inconclusivas. A fobia a baixas convida ao uso incompleto da força. Ela promoveu a recusa de se aproveitar da oportunidade da guerra para usar a força necessária para derrubar os regimes de Saddam Hussein (durante a Guerra do Golfo) e Slobodan Milosevic, ambos tendo sido comparados publicamente por autoridades americanas, com Adolf Hitler. Tanto na Guerra do Golfo

Antes da Guerra do Golfo, o principal desafio convencional militar — a defesa da Frente Central da OTAN contra um ataque maciço, com pouco aviso prévio, pelos países do Pacto de Varsóvia — era predominantemente terrestre. Como o objetivo era a defesa territorial, o poder aéreo, por definição, foi relegado a um papel de apoio. Com base nessa idéia foi conceitualizada a batalha ar-terra. O poder aéreo seria empregado principalmente para interromper e destruir o fluxo das forças subsequentes dos países do Pacto de Varsóvia, movendo-se através da Europa Oriental, antes que pudessem fazer contato com as forças terrestres de defesa da OTAN; o poder aéreo não seria empregado de maneira independente contra alvos estratégicos na própria União Soviética.

quanto na guerra em Kosovo, os objetivos políticos americanos eram limitados e não incluíam a derrubada do regime inimigo. Pode-se concluir que a exclusão da mudança desses regimes foi devida ao temor do custo em vidas e do potencial risco político.

A crescente eficácia do poder aéreo

Como seria se existisse uma forma de guerra que obtivesse efeitos estratégicos decisivos com um mínimo de baixas americanas — uma que eliminasse da fobia a baixas as suas conseqüências estratégicas adversas, permitindo o uso da força sem risco significativo?

Adeptos de Clausewitz argumentam que tal tipo de guerra é inatingível porque a incerteza, a fricção e o acaso são inerentes à guerra.³⁸ Em contraste, seguidores de Antoine-Henri Jomini, especialmente os profetas da Revolução em Assuntos Militares, acreditam que o componente científico da guerra pode ser elevado a ponto de render o seu componente artístico insignificante, até mesmo irrelevante.³⁹ O militar americano é produto de uma sociedade otimista e mecanicista e, como tal, tem sempre sido marcado por uma abordagem jominiana da guerra. A Força Aérea em particular, tem tido, há muito tempo, uma paixão pela visão de travar a guerra estrategicamente decisiva com base na análise científica e nas tecnologias necessárias tanto no ar, como, subseqüentemente, no espaço, e a Guerra do Golfo parece ter sido um grande passo na direção da realização dessa visão.

Antes da Guerra do Golfo, o principal desafio convencional militar — a defesa da Frente Central da OTAN contra um ataque maciço, com pouco aviso prévio, pelos países do Pacto de Varsóvia — era predominantemente terrestre. Como o objetivo era a defesa territorial, o poder aéreo, por definição, foi relegado a um papel de apoio. Com base nessa idéia foi conceitualizada a batalha ar-terra. O poder aéreo seria empregado principalmente para interromper e destruir o fluxo das forças subseqüentes dos países do Pacto de Varsóvia, movendo-se através da Europa Oriental, antes que pudessem fazer contato com as forças terrestres de defesa da OTAN; o poder aéreo não seria empregado de maneira independente contra alvos estratégicos na própria União Soviética.

A Guerra do Golfo também foi uma guerra por território e envolveu o desdobramento de grandes forças do Exército e dos Fuzileiros Navais dos EUA. Mas, ao invés de ser uma batalha ar-terra, foi inicialmente uma campanha aérea, seguida por uma em terra. O componente terrestre (que durou 100 horas) foi acompanhado de operações contínuas no ar. Porém, para todos os efeitos, a antecedente campanha aérea de 38 dias já havia derrotado as tropas terrestres iraquianas da linha de frente, que se encontravam em péssimo estado quando as forças terrestres da coalizão começaram a marchar. Estas últimas essencialmente acabaram com, ou então forçaram a maioria das divisões iraquianas restantes, que haviam sobrevivido aos ataques aéreos, a abandonar o Kuwait. Essa é certamente a conclusão principal daqueles que analisaram o papel do poder aéreo na Guerra do Golfo,⁴⁰ mesmo que, posteriormente, essa conclusão tenha sido

rigorosamente desafiada.⁴¹ Uma retrospectiva sugere, veementemente, que mesmo sem a campanha aérea de 38 dias, que preparou o campo de batalha, as forças terrestres da coalizão teriam, de qualquer forma, acabado rapidamente com o Exército iraquiano devido à enorme inferioridade deste em termos de liderança, adestramento e tecnologia.

A primeira administração Bush não tinha motivos para jogar com a sorte: estavam disponíveis maciços recursos aéreos, não havia pressa e era imperativo um mínimo de baixas. O resultado foi que só ocorreram 148 mortes de militares americanos (mais de um terço devido a fogo amigo) em um total de mais de meio milhão envolvido com a Operação *Desert Storm*. O poder aéreo, aparentemente, havia finalmente cumprido a sua promessa; se não ganhou a guerra sozinho, certamente foi a força dominante da vitória. Um sistema de reconhecimento revolucionário e a tecnologia de ataques de precisão haviam permitido ao poder aéreo, em menos de seis semanas e sem a assistência das operações de combate em terra, destruir pelo menos 50 por cento do equipamento das divisões da linha de frente iraquiana e também de parte substancial do equipamento da Guarda Republicana e das outras divisões mantidas na reserva operacional do Iraque.⁴²

Os cépticos observaram que a campanha aérea contra os mísseis móveis *scud* do Iraque falhou e que inteligência incompleta deixou intacta grande parte da infra-estrutura iraquiana para a produção de armas de destruição em massa. Também argumentaram que as forças do Iraque em campanha eram alvos fáceis, sem nenhuma cobertura aérea e sem capacidade de poderem se esconder no deserto e que a Guarda Republicana havia conseguido escapar em número suficiente para assegurar a sobrevivência política de Saddam Hussein. Mas, tanto os defensores como os cépticos do poder aéreo, concordavam que Hussein era estrategicamente incompetente como comandante-em-chefe. O Iraque em 1991 era, nas palavras de um observador, “o inimigo perfeito”.⁴³ Contra um adversário bem preparado e em um ambiente físico e geo-político diferente, o sucesso do poder aéreo, afirmava-se, seria bem mais problemático.

Tal adversário e ambiente apareceram apenas dois anos mais tarde na forma do inteligente comandante de guerra Mohammed Farrah Aideed e seus irregulares da Aliança Nacional da Somália, operando em um ambiente de guerra urbana dentro de um estado falido. O poder aéreo de combate de asa fixa não pôde nem mesmo prestar apoio; foi virtualmente irrelevante e pareceu confirmar o argumento dos cépticos do poder aéreo de que as condições ideais dentro das quais o poder aéreo foi aplicado durante a Guerra do Golfo provavelmente nunca mais se repetiriam.

Então ocorreram as duas intervenções militares ameri-



Departamento de Defesa

Uma segunda leva de helicópteros Apache chega ao aeroporto Rinas no dia 25 de abril de 1999 em apoio à Operação Força Aliada da OTAN.

canas na antiga Iugoslávia, a Operação *Deliberate Force* na Bósnia e a Operação *Allied Force*, em Kosovo. Em ambos os casos o poder aéreo foi aplicado isoladamente, sem apoio das operações de combate terrestre dos EUA. As forças terrestres foram propositadamente contidas por uma liderança com fobia a baixas, que temia que qualquer coisa além de um punhado de baixas faria ruir o apoio público e do Congresso americano pelas intervenções. Mas havia forças terrestres amigas presentes, especialmente na Bósnia, onde o poder aéreo dos EUA foi empregado depois que uma ofensiva terrestre de croatas-bósnios começou uma varredura através de território sob o controle bósnio-sérvio. Embora o Exército de Libertação de Kosovo (*Kosovo Liberation Army — KLA*) tenha tido um papel menor dentro da Operação *Allied Force*, seu surgimento em Kosovo em seguida aos Acordos de Dayton em 1995 (que resolveram a guerra na Bósnia mas fracassaram em abordar a questão da potencial limpeza étnica em Kosovo) provocou o aumento das atrocidades sérvias que motivaram a Operação *Allied Force*.

Durante ambas as intervenções nos Balcãs, o poder aéreo foi usado com sucesso como ferramenta de coerção, embora não tenha sido o único fator na decisão do inimigo de terminar a luta sob termos desfavoráveis. É particularmente difícil confirmar os efeitos estratégicos dos doze dias de campanha da Operação *Deliberate Force* porque ela, essencialmente, reforçou uma ofensiva terrestre inesperadamente vitoriosa que havia sido lançada há quase quatro semanas.⁴⁴ Certamente, a combinação do bombardeamento, que tardiamente demonstrou a deter-

minação americana, e a promessa dos EUA de cancelar as sanções contra a Iugoslávia, induziram Slobodan Milosevic a abandonar os seus clientes bósnios-sérvios.

Com certeza, a Operação Allied Force deixou muito a desejar como campanha aérea ideal; o microgerenciamento político foi excepcionalmente intrusivo e a campanha começou com a concepção errada de que alguns dias de bombardeamento rotineiro fariam Milosevic capitular.⁴⁹ A Allied Force acabou acelerando a limpeza étnica em Kosovo que almejava deter, revelando uma desconexão, devida à fobia a baixas, entre os meios militares e os fins políticos. A limpeza étnica só poderia ter sido detida com o combate em terra, mas a administração Clinton havia publicamente excluído essa opção, encorajando Milosevic a expulsar os restantes albaneses de Kosovar para fora de Kosovo, apresentando à OTAN o fato cumprido.

Foi essa traição que os levou a procurar a paz.⁴⁵ Embora a Operação *Deliberate Force* não tenha sido formalmente coordenada com a ofensiva em terra, uma vez lançada a

campanha aérea, surgiu um relacionamento sinérgico com os eventos em terra e não há dúvida que isso alterou a situação estratégica, desmoralizando ainda mais a liderança bósnia-sérvia, a ponto desta concluir que tinha de parar a luta.⁴⁶

Menos problemática foi a Operação *Allied Force*, uma campanha aérea muito maior e de mais duração (78 dias) que a *Deliberate Force*. Embora o Exército de Liberação de Kosovo estivesse ativo em terra, não era mais que uma força guerrilheira capaz de pequenas incursões e, ao contrário das muito maiores e melhor equipadas forças croácias e bósnias em agosto de 1995, foi incapaz de tomar e manter muito território. O poder aéreo, portanto, dominou as operações militares contra a Sérvia em 1999. As forças terrestres não foram usadas, intencionalmente, embora no período final da Operação *Allied Force* existissem indicações de que a OTAN estava inclinada a criar uma opção terrestre.

Há, praticamente, concordância geral que o bombardeamento e a ameaça implícita de ainda mais bombardeamento foi o que provocou a seqüência de eventos que incentivou Milosevic a aceitar as condições da OTAN, ou, mais precisamente, as condições dos países do G-8, para o fim da guerra. Há também um consenso amplo de que os efeitos estratégicos decisivos do bombardeamento foram produzidos mais pelos ataques a alvos de múltipla utilidade da infra-estrutura iugoslava do que pelos efetuados contra as forças em campanha.⁴⁷ O objetivo da *Allied Force* não era a destruição do regime de Milosevic, mas o de forçar o mesmo a cessar seu comportamento brutal em Kosovo — mais especificamente: deter a limpeza étnica, evacuação de Kosovo pelas forças de segurança sérvias, aceitação da presença de uma força da OTAN em Kosovo, aceitação da volta dos refugiados e a concessão de uma substancial autonomia política para Kosovo. A coerção funcionou.⁴⁸

Com certeza, a Operação *Allied Force* deixou muito a desejar como campanha aérea ideal; o microgerenciamento político foi excepcionalmente intrusivo e a campanha começou com a concepção errada de que alguns dias de bombardeamento rotineiro fariam Milosevic capitular.⁴⁹ A *Allied Force* acabou acelerando a limpeza étnica em Kosovo que almejava deter, revelando uma desconexão, devida à fobia a baixas, entre os meios militares e os fins políticos. A limpeza étnica só poderia ter sido detida com o combate em terra, mas a administração Clinton havia publicamente excluído essa opção, encorajando Milosevic a expulsar os restantes albaneses de Kosovo para fora de Kosovo, apresentando à OTAN o fato cumprido.⁵⁰ Como resultado, os países do G-8 abrandaram as demandas originais da OTAN para o fim da guerra.

A Operação *Allied Force* foi, de qualquer forma, uma vitória estratégica clara sob condições políticas excep-

cionalmente difíceis. O poder aéreo não deixou dúvidas a respeito do motivo pelo qual Milosevic se rendeu⁵¹ e também satisfaz qualquer avaliação sobre a destruição do regime Talibã e do desbaratamento da al Qaeda no Afeganistão por parte dos EUA. Como na Bósnia, a combinação do poder aéreo americano e de forças terrestres locais prevaleceu. No Afeganistão, porém, houve uma cuidadosa coordenação operacional e tática entre os dois, com o poder aéreo americano fornecendo apoio de fogo decisivo a favor das forças anti-Talibã engajadas. De fato, havia pequenos contingentes de Forças de Operações Especiais e de forças expedicionárias dos Fuzileiros Navais dos EUA em terra, dirigindo ataques aéreos e realizando outras tarefas militares.

A gravidade dos ataques do dia 11 de setembro de 2001 parece ter, pelo menos temporariamente, transformado a fobia a baixas em uma saudável aversão a baixas. Os requisitos para isso podem ser satisfeitos pela presença de forças locais amigas assumindo o grosso da guerra terrestre e até mesmo por ocasionais operações de combate terrestre por parte dos EUA na escala da Operação *Anaconda*. Apesar disso, surgiram tensões entre os civis e os militares no início, e diversas fontes afirmaram que a ação militar inicialmente proposta pelo Comando Central dos EUA havia sido rejeitada pelo Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, por ser “timida”.⁵²

Como no caso das operações *Deliberate Force* e *Allied Force*, a Operação *Enduring Freedom* no Afeganistão foi conduzida contra um inimigo política e geograficamente isolado, operando dentro de um estado falido, tendo pouca ou nenhuma capacidade de resistir ao poder aéreo americano. Foi também conduzida com tecnologia de reconhecimento e de precisão de fogo que faria a que foi usada durante a guerra do Golfo, e até mesmo na *Allied Force*, parecer primitiva. Ela permitiu a um número relativamente pequeno de plataformas localizar e destruir uma grande variedade de alvos não convencionais — bem como alvos estrategicamente tradicionais — com modesto dano colateral. Problemas potenciais de acesso militar ao Afeganistão foram resolvidos politicamente e a presença de aliados locais tornou possível a derrota do regime Talibã com a combinação do poder aéreo e de pequeno apoio de forças terrestres americanas.

Uma nova forma de travar a guerra?

Estaremos testemunhando uma nova forma de guerra? Uma forma que permite aos EUA prevalecerem estrategicamente com pouco risco para suas próprias forças militares? Que evite para os americanos a agonia do perigo e da morte?

Se os estados fracos e falidos forem predominar na agenda de segurança dos EUA no futuro próximo, se a liderança política e militar continuar com a fobia a

baixas e se o avanço da tecnologia militar permitir o uso da força com poucos riscos — então, uma combinação de poder aéreo, pequenos contingentes de força terrestre especializados, (apoiados por forças regulares em terra, mantidas em reserva), e forças amigas locais, provavelmente se tornará o modelo americano para travar a guerra do futuro. Admitidamente, estas são apenas especulações. Mas as tendências tecnológicas e da política internacional e interna desde o fim da Guerra Fria, parecem bem claras. William Arkin, crítico assíduo dos militares, argumentou, logo após a vitória no Afeganistão, que o poder aéreo “merece ser a peça principal” da futura estratégia americana e que deve receber uma grande porção do orçamento da defesa.

*O argumento contra a predominância do poder aéreo é que havia navios da Marinha combatendo também, mais forças de operações especiais e tropas do Exército e dos Fuzileiros Navais em terra (no Afeganistão). Mas a verdade é que todos estavam lá para servir à estratégia do poder aéreo.*⁵³

Embora esse julgamento ignore os papéis, muito importantes, das forças terrestres amigas afegãs, da cooperação russa e paquistanesa e do isolamento total político e militar do Talibã, o fato é que os estados falidos ou falindo não podem resistir ao poder aéreo norte-americano. Além disso, os estados divididos por conflito civil quase sempre têm partidos no conflito com interesse na intervenção externa de um grande poder e, são esses partidos, geralmente do lado mais fraco do equilíbrio militar interno, que provêm as forças de apoio amigas para as forças de combate terrestre dos EUA. Esse foi o caso no Iraque no final da Guerra do Golfo, na Bósnia em 1995, em Kosovo em 1999 e no Afeganistão em 2001.

Portanto, a chave para a vitoriosa intervenção militar dos EUA em estados falidos é a disponibilidade de forças amigas locais. Mas a dependência nelas, enquanto minimiza baixas americanas, cria certos problemas. O primeiro é o nível do poder de combate dessas forças. O risco que se corre com fracas, incompetentes ou corruptas forças amigas locais pode resultar numa intervenção direta arriscada para os EUA ou na humilhação de ter que abandonar a intervenção como um todo. Essa foi a escolha enfrentada pelos EUA no Vietnã em 1965. Até então, os EUA haviam procurado criar um exército sul vietnamita amigo eficaz mas este provou ser de pouca utilidade contra o Viet Cong. Em Kosovo, o Exército de Libertação de Kosovo nunca pôde se elevar acima do nível de um incômodo para as forças regulares sérvias e, no período final da Operação *Allied Force*, a OTAN estava considerando a opção de uma intervenção direta no combate terrestre. Mesmo no Afeganistão, os planejadores de guerra nos EUA estavam relutando, no início, em empregar as forças da Aliança do Norte, que pareciam fracas e ineficientes; somente através do processo de ten-

tativa e erro foi que a combinação das forças da aliança com o poder aéreo dos EUA provou ser irresistível.⁵⁴ No caso do Iraque, citado inúmeras vezes como um dos principais na lista de estados-alvos pós-Afeganistão na guerra contra o terrorismo, duvidava-se que o modelo afegão funcionaria. O estado estalinista de Saddam Hussein havia reduzido toda a oposição política dentro do país e a minoria étnica curda no norte, apesar de hostil ao regime de Saddam, não tinha nem a quantidade suficiente de homens nem a disciplina interna política para prover um eficaz substituto para o regime.⁵⁵

O segundo problema é o de controle. As alianças dos EUA com as forças anti-sérvias na antiga Iugoslávia e com as forças anti-Talibã no Afeganistão, foram uniões de conveniência. As agendas políticas de forças locais amigas, raramente são idênticas às do poder externo interventor e, como elas combatem dentro de seus próprios países e assumem a maioria das baixas, podem insistir em ir atrás de seus próprios objetivos locais, mesmo que estes sejam contrários aos desejos do poder externo. No Afeganistão, as forças anti-Talibã estavam bem mais interessadas em recuperar o território perdido e em terminar a guerra do que com a caçada a Osama bin Laden e a punição dos líderes do regime Talibã. Uma vez que a al Qaeda havia sido destruída ou expulsa do Afeganistão e uma vez que os restantes membros do Talibã pararam de lutar — em troca da liberdade de seus líderes ou de passagem segura — as forças anti-Talibã haviam cumprido com a sua agenda na guerra.

A dependência americana de forças amigas locais não é nada nova. Foi um fator importante durante a Guerra Fria e sagrado na doutrina de Nixon. Forças amigas locais foram indispensáveis na vitória americana da Guerra Fria, embora algumas tenham provado ser incompetentes (o Shah do Irã, os “contras” da Nicarágua) ou difíceis de se disciplinar (Syngman Rhee da Coreia do Sul, Ngo Dinh Diem do Vietnã do Sul). Em alguns casos, as forças amigas locais de ontem (o Iraque em sua guerra contra o Ayatollah do Irã) se tornaram a ameaça do futuro (a invasão iraquiana do Kuwait). Em geral, porém, os EUA provaram se sair bem melhores que a antiga União Soviética na escolha e preparação de forças locais amigas eficazes durante a Guerra Fria.

Uma forma de guerra, com poder aéreo predominante, onde pequenas forças terrestres americanas, subordinadas, funcionam mais no reconhecimento de alvos e como ligação com forças locais amigas, é uma forma inerentemente atraente de travar uma guerra, especialmente para uma sociedade que valoriza tanto o indivíduo como o faz a América. Também permite às lideranças políticas e militares com fobia a baixas travarem a guerra eficazmente — obtendo os efeitos estratégicos decisivos sem pagar o preço tradicional de sangue associado à obtenção desses efeitos.

Mas a própria tecnologia que possibilita a guerra

isenta do derramamento de sangue pode também servir para encorajar o uso da força sob circunstâncias onde a percepção dos riscos e do que está em jogo pode, de outra forma, aconselhar o uso de moderação. Estarão os EUA de fato transformando a guerra num empreendimento essencialmente isento de risco — um no qual o nível de risco é minimizado pela magnitude e alta probabilidade de benefício estratégico? Sendo assim, o que impedirá futuros presidentes de abordarem a intervenção militar de maneira casual? Deverão os EUA, realmente, criar a capacidade de travar uma guerra “indolor”, isto é, sem baixas americanas, perigosa e prejudicial somente para o adversário? Não convidaria o prospecto de um combate isento de baixas ao uso da força mesmo quando o motivo é trivial? Depois da vitória sobre a Sérvia, quase isenta de baixas americanas, Michael Ignatieff advertiu:

Novas armas poderão nos forçar a reavaliar uma presunção essencial sobre as democracias: que estas vão à guerra com menos frequência que os regimes autoritários, e que raramente, ou quase nunca, travam guerra contra outras democracias. As democracias podem se manter amantes da paz sempre e quando os riscos da guerra continuarem sendo reais para os seus cidadãos. Mas se a guerra se tornar virtual — e sem risco — os eleitorados democráticos poderão ficar mais dispostos a lutar, especialmente se a causa for justificada na linguagem dos direitos humanos e da própria democracia.⁵⁶

O argumento aqui não é o de que se deve resistir à nova forma de guerrear. Do meu ponto de vista, o tipo de guerra

travada pelos EUA na Bósnia, em Kosovo e no Afeganistão foi, e é, política e tecnologicamente irresistível. Ao contrário, o argumento nos convida a dar atenção a duas importantes advertências antes de aceitarmos a nova forma de guerrear: primeiro, que o sucesso pode ficar criticamente dependente da disponibilidade de forças locais amigas competentes, com suas próprias agendas políticas; e segundo, que o carácter da nova forma de guerrear pode transformar a maneira pela qual abordamos o uso da força. E se não existirem forças locais amigas competentes? Evitamos a intervenção completamente ou travamos o combate terrestre convencional?

Obviamente, a nova forma de guerrear tem valor limitado em situações que exijam a conquista, ocupação e gerenciamento de território. Essas missões exigem “botas no chão” em grande número, embora o poder aéreo ainda sirva como poderosa ferramenta de apoio. A utilidade do poder aéreo é também limitada durante as operações de manutenção de paz, que exigem forças terrestres dedicadas (as duas áreas de “vôo proibido” que os EUA impuseram ao Iraque tiveram pouco efeito sobre os acontecimentos indesejáveis em terra). Mas se a situação continuar exigindo a coação ou a remoção de regimes em estados falidos — um objetivo implícito no novo consenso da política exterior — então nossa nova forma de travar a guerra — o poder aéreo mais um pequeno apoio por parte de forças terrestres americanas e de forças amigas locais disponíveis — parece ser o instrumento feito sob medida para a futura maquinaria de guerra dos EUA. **MR**

Referências

1. Os profetas antigos do poder aéreo focavam quase exclusivamente sobre a guerra entre estados industriais urbanos e suas postulações de vitória através do bombardeamento estratégico tinham base na presença de alvos industriais inimigos cuja destruição, desde o ar, produziria uma vitória militar decisiva. Por implicação, estas rurais e pré-industriais eram candidatos problemáticos para uma vitória por meio do poder aéreo. Propagandista do poder aéreo, Alexander P. De Seversky, afirmou que as “sociedades altamente industrializadas são bem mais vulneráveis à guerra moderna aérea do que as sociedades mais primitivas porque ‘populações urbanas’ e ‘a industrialização’ provêm ‘alvos perfeitamente concentrados para a aviação inimiga’ (Alexander P. De Seversky, *Victory Through Air Power* [Garden City, N.Y.: Garden City Publishing Company, 1943], p. 147.) A ideia de que estados pré-industriais eram resistentes ao poder aéreo foi aparentemente confirmada pela Guerra do Vietnã onde o emprego maciço do poder aéreo fracassou em coagir o Vietnã do Norte, agrário e totalitário, ou em impedir o movimento comunista pela estrada *Ho Chi Minh*. Veja Mark Clodfelter, *The Limits of Air Power, The American Bombing of North Vietnam* (New York: Free Press, 1989); James Clay Thompson, *Rolling Thunder, Understanding Policy and Program Failure* (Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press, 1980); Earl H. Tilford, Jr., *Setup, What the Air Force Did in Vietnam and Why* (Maxwell AFB, Ala.: Air Univ. Press, 1991); e John Prados, *The Blood Road, The Ho Chi Minh Trail and the Vietnam War* (New York: John Wiley and Sons, 1999).
2. Veja, por exemplo, Michael Mandelbaum, “Is Major War Obsolete?” *Survival*, 40 (Inverno de 1998-1999), pp. 20-38; Michael Mandelbaum, *The Dawn of Peace in Europe* (New York: Twentieth Century Fund Press, 1996); e John Mueller, *Quiet Cataclysm, Reflections on the Recent Transformation of World Politics* (New York: Harper Collins, 1995).
3. Niall Ferguson, “Clashing Civilizations of Mad Mullahs: The United States Between Informal and Formal Empire,” no *The Age of Terror, America and the World After September 11*, editores Strobe Talbott and Nayan Chanda (New York: Basic Books, 2001), p. 133.
4. Veja Larry P. Goodson, *Afghanistan's Endless War, State Failure, Regional Politics, and the Rise of the Taliban* (Seattle: Univ. of Washington Press, 2001); e Ahmed Rashid, *Taliban, Militant Islam, Oil and Fundamentalism in Central Asia* (New Haven, Conn.: Yale Univ. Press, 2000).

5. Para uma discussão sobre estados falidos e suas implicações para a natureza da guerra na era pós-Guerra Fria, veja Martin van Creveld, *The Transformation of War* (New York: Free Press, 1991); Michael Ignatieff, *Blood and Belonging, Journeys Into the New Nationalism* (New York: Farrar, Straus, e Giroux, 1993); Samuel P. Huntington, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* (New York: Simon and Schuster, 1996); Robert D. Kaplan, *The Ends of the Earth, A Journey to the Frontiers of Anarchy* (New York: Random House, 1996); Allen Hammond, *Which World? Scenarios for the 21st Century, Global Destinies, Regional Choices* (Washington: Island Books, 1998); e Mary Kaldor, *New Wars and Old Wars, Organized Violence in a Global Era* (Cambridge, Eng.: Polity Press, 1999).
6. Donald Rumsfeld, *Report of the Quadrennial Defense Review* (Washington: Department of Defense, September 2001), pp. 12-13.
7. Eliot A. Cohen, “A Strange War,” *The National Interest*, No. 65-S, Special Issue (Dia das Graças, 2001), p. 16.
8. Robert W. Tucker e David C. Hendrickson, *The Imperial Temptation, The New World Order and America's Purpose* (New York: Council on Foreign Relations Press, 1992), p. 162.
9. Citado em “A Talk With Bush's Tough Guy,” *BusinessWeek* online, Internet, <http://ebird.dtic.mil/Dec2001/e2001122talk.htm>.
10. Paul W. Schroeder, “The Risks of Victory, An Historian's Provocation,” *The National Interest*, No. 66 (inverno de 2001-02), p. 31.
11. Quoted in Michael R. Gordon, “New U.S. War: Commandos, Airstrikes and Allies on the Ground,” *The New York Times*, 29 de dezembro de 2001.
12. Kamal Matinubim, citado em David Lamb, “Missteps Toppled Taliban, Analysts Say,” *Los Angeles Times*, 27 de dezembro de 2001.
13. Para avaliações iniciais das razões da inesperada e pobre atuação do Talibã veja, Ahmed Rashid, “Taliban Underestimated U.S. Firepower and Resolve of the Northern Alliance,” *London Daily Telegraph*, 13 de novembro de 2001; R. W. Apple, Jr., “Pondering the Mystery of the Taliban's Collapse,” *The New York Times*, 30 de novembro de 2001; Thomas H. Henricksen, “Armchair Generals' Vietnam,” *Washington Times*, 6 de dezembro de 2001; e John Barry, “A New Breed of Soldier,” *Newsweek*, 10 de dezembro de 2001, Internet, <http://ebird.dtic.mil/Dec2001/e20011203breed.htm>.
14. Veja Denis Kux, “The Pakistani Pivot,” *The National Interest*, No. 65-S, Edição

Especial (no Dia das Graças, 2001), pp. 49-59, e Arnie Schifferdecker, "The Taliban-Bin Laden-ISI Connection," *Foreign Service Journal*, 78 (dezembro de 2001), pp. 26-30.

21/22

15. Neamatollah Nojumi, *The Rise of the Taliban in Afghanistan, Mass Mobilization, Civil War, and the Future of the Region* (New York: Palgrave, 2002), p. 226.

16. Peter Baker e Kamran Khan, "Deal-Making Let Many Leaders of Taliban Escape," *The Washington Post*, 17 de dezembro de 2001; James Risen "Taliban Chiefs Prove Elusive, Americans Say," *The New York Times*, 20 Dezembro 2001; e Eric Schmitt, "U.S. Says Tribal Fighters Balk at Aiding Search for Taliban," *The New York Times*, 17 de janeiro de 2002.

17. Douglas Frantz, "Hundreds of Qaeda Fighters Slip Into Pakistan," *The New York Times*, 19 de dezembro de 2001; e Seymour M Hersh, "The Getaway," *The New Yorker*, 28 de janeiro de 2002, pp. 36-40.

18. Veja Mark Mazzetti, "Now What?" *U.S. News and World Report*, 31 de dezembro de 2001/7 de janeiro de 2002, Internet, <http://ebird.dtic.mil/Dec2001/e20011224nowwhat.htm>.

19. Bradley Graham e Alan Sipress, "Reports That Taliban Leaders Were Freed Shock, Alarm U.S.," *The Washington Post*, 10 de janeiro de 2002.

20. Tom Reid, "Mullah Omar's Troops Enlist in Afghan Army," *The Times* (London), 17 de janeiro de 2002.

21. Veja Ahmed Rashid, "Afghan Warlords Return to Their Old Ways After Helping to Oust Taliban with U.S. Aid," *The Wall Street Journal*, 16 de janeiro de 2002; e Thomas L. Friedman, "Cracks in the Rubble," *The New York Times*, 16 de janeiro de 2002. Veja também Patricia Gossman, "Afghanistan in the Balance," *Middle East Report*, No. 221 (inverno de 2001), pp. 8-15.

22. Chip Cummins, "U.S. Repositions Up to 1,800 Soldiers as Eastern Afghanistan Battle Rages," *The Wall Street Journal*, 6 de março de 2002; e Ann Scott Tyson, "Al Qaeda: Resilient and Organized," *The Christian Science Monitor*, 7 de março de 2002.

23. Citado no "After September 11: A Conversation," *The National Interest*, No. 65-S, Special Issue (Dia das Graças, 2001), p. 116.

24. Charles Krauthammer, "America, Battle-Tested," *The Washington Post*, 18 de janeiro de 2002.

25. Paul Kennedy, "Maintaining American Power: From Injury to Recovery," in Talbot and Chanda, p. 64.

26. Veja, por exemplo, Richard Cohen, "The Cost of Victory . . .," *The Washington Post*, 8 de janeiro de 2002.

27. Michael R. Gordon, "This Time, American Soldiers Join the Fray," *The New York Times*, 4 de março de 2002; Vernon Loeb e Bradley Graham, "American Troops Play Greater Role in Latest Offensive," *The Washington Post*, 4 de março de 2002; e Thomas E. Ricks, "Battle Sends Broader Message of U.S. Resolve," *The Washington Post*, 5 de março de 2002.

28. Veja Jeffrey Record, "Force Protection Fetishism: Sources, Consequences, and (?) Solutions," *Aerospace Power Journal*, p.14 (verão de 2000), pp. 4-11; Charles K. Hyde, "Casualty Aversion: Implications for Policy makers and Senior Military Officers," *Aerospace Power Journal*, p.14 (verão de 2000), pp.17-27; e Jeffrey Record, *Failed States and Casualty Phobia: Implications for Force Structure and Technology Choices*, Occasional Paper No. 18, Center for Strategy and Technology, Air War College, Maxwell AFB, Ala.

29. Veja Jeffrey Record, *Making War, Thinking History: Munich, Vietnam, and Presidential Uses of Force from Korea to Kosovo* (Annapolis, Md.: Naval Institute Press, 2002).

30. A maioria das guerras americanas no estrangeiro têm sido guerras por escolha mais do que por necessidade. Raramente tem um inimigo no estrangeiro forçado os EUA a uma guerra como o fizeram os japoneses quando atacaram Pearl Harbor ou os ataques terroristas do dia 11 de setembro.

31. Veja John Mueller, *Policy and Opinion in the Gulf War* (Chicago: Univ. of Chicago Press, 1994). Veja também os seguintes estudos publicados pela RAND Corporation, Santa Monica, Calif.: Mark Lorell e Charles Kelley, Jr., *Casualties, Public Opinion, and Presidential Policy During the Vietnam War* (1985); Benjamin C. Schwarz, *Casualties, Public Opinion, and U.S. Military Intervention, Implications for U.S. Regional Deterrence Strategies* (1994); e Eric V. Larson, *Casualties and Consensus, The Historical Role of Casualties in Domestic Support for U.S. Military Operations* (1996).

32. Veja Peter D. Feaver e Christopher Gelpi, "How Many Deaths Are Acceptable? A Surprising Answer," *The Washington Post*, 7 de novembro de 1999; e Peter D. Feaver e Richard H. Kohn, "Digest of Findings and Studies Presented to the Conference on the Military and Civilian Society, Catigny Conference Center, 1st Division Museum, 28-29 de outubro de 1999," Triangle Institute for Security Studies, Chapel Hill, N.C., Internet, <http://www.unc.edu/depts/tiss/RESEARCH/CIVMIL.htm>.

33. Veja, por exemplo, Edward N. Luttwak, "Where Are the Great Powers?" *Foreign Affairs*, 73 (julho/agosto de 1994), pp. 23-28; James Nathan, "The Rise and Decline of Coercive Statecraft," *Proceedings*, 121 (outubro de 1995), pp. 59-65; Eikenberry, Karl W., "Take No Casualties," *Parameters*, 26 (Summer 1996), pp. 109-18; Mark J. Conersino, "Sawdust Superpower: The Perceptions of U.S. Casualty Tolerance in the Post-Gulf War Era," *Strategic Review*, 25 (inverno de 1997), pp. 15-23; Karl P. Mueller, "Politics, Death, and Morality in U.S. Foreign Policy," *Aerospace Power Journal*, p.14 (verão de 2000), pp. 12-16; Hyde; e Record, "Force Protection Fetishism."

34. Veja Norman Cigar, "Iraq's Strategic Mindset and the Gulf War: Blueprint for Defeat," *Journal of Strategic Studies*, p.15 (março de 1992), pp. 2-14; e Jeffrey Record,

"Defeating Desert Storm (e Why Saddam Didn't)," *Comparative Strategy*, p. 12 (abril-junho de 1993), pp. 125-40.

22/23.

35. Citado em Yossef Bodansky, *Bin Laden, The Man Who Declared War on America* (New York: Random House, 1999), p. 89.

36. Citado em Bernard Lewis, "The Revolt of Islam," *The New Yorker*, 19 de novembro de 2001, pp. 62-63.

37. Citado em Bob Woodward e Dan Balz, "We Will Rally the World," *The Washington Post*, 28 de janeiro de 2002.

38. Veja Barry D. Watts, *Clausewitzian Friction and Future War*, McNair Paper No. 52 (Washington: Institute for National Strategic Studies, National Defense University, outubro de 1996).

39. Veja Bill Owens com Ed Offley, *Lifting the Fog of War* (New York: Farrar, Straus, Giroux, 2000).

40. Veja, por exemplo, Rick Atkinson, *Crusade, The Untold Story of the Persian Gulf War* (Boston: Houghton Mifflin, 1993); Eliot Cohen, *Gulf War Air Power Survey*, 5 Volumes. (Washington: GPO, 1993); Michael R. Gordon and Bernard E. Trainor, *The Generals' War: The Inside Story of the Conflict in the Gulf* (Boston: Little, Brown, 1995); Thomas A. Keane, "The Linkage of Air Power and Ground Power in the Future of Conflict," *International Security*, 22 (outono de 1997); e James A. Winnefeld, Preston Niblack, and Dana J. Johnson, *A League of Airmen: U.S. Air Power in the Gulf War* (Santa Monica, Calif.: RAND, 1994).

41. Daryl G. Press, "The Myth of Air Power in the Persian Gulf War and the Future of Warfare," *International Security*, p. 26 (outono de 2001), pp. 5-44.

42. Thomas A. Keane e Eliot A. Cohen, *Gulf War Air Power Survey Summary Report* (Washington: GPO, 1993), p. 246.

43. John Mueller, "The Perfect Enemy: Assessing the Gulf War," *Security Studies*, p. 5 (outono de 1995), p. 77.

44. A Operação *Deliberate Force* foi lançada no dia 30 de agosto de 1995, mas suspensa por motivos políticos durante quatro dias, a contar do dia 1 de setembro. O bombardeamento foi reiniciado no dia 5 de setembro e finalmente terminado nove dias depois em 14 de setembro. Portanto, o bombardeio durou doze dias. A ofensiva terrestre croata-bósnia foi lançada no dia 4 de agosto e foi tacitamente encorajada pela administração do Presidente Clinton. Para melhor avaliação da campanha aérea em si, veja Robert C. Owen, editor, *Deliberate Force, A Case Study in Effective Air Campaigning* (Maxwell AFB, Ala.: Air Univ. Press, 2000).

45. Veja Steven L. Burg e Paul S. Shoup, *The War in Bosnia-Herzegovina, Ethnic Conflict and International Intervention* (London: M. E. Sharp, 1999), pp. 322-37.

46. Veja Ivo H. Daalder, *Getting to Dayton, The Making of America's Bosnia Policy* (Washington: Brookings Institution Press, 2000), pp. 119-39; e Richard Holbrooke, *To End a War* (New York: Random House, 1998), pp. 94-168. Para uma avaliação compreensiva da campanha aérea, veja Owen.

47. Duas excelentes avaliações da estratégia político-militar sérvia e da decisão de Milosevic de deixar de lutar quando o fez são as de: Barry R. Posen, "The War for Kosovo, Serbia's Political-Military Strategy," *International Security*, p. 24 (inverno de 2000), pp. 39-84; e Stephen T. Hosmer, *The Conflict Over Kosovo, Why Milosevic Decided to Settle When He Did* (Santa Monica, Califórnia.: RAND, 2001).

48. Veja Daniel L. Byman e Matthew C. Waxman, "Kosovo and the Great Air Power Debate," *International Security*, p. 24 (inverno de 2000), pp. 5-38.

49. Veja Tim Judah, *Kosovo, War and Revenge* (New Haven, Conn.: Yale Univ. Press, 2000), pp. 228-33; e Ivo H. Daalder e Michael E. O'Hanlon, *Winning Ugly, NATO's War to Save Kosovo* (Washington: Brookings Institution Press, 2000), pp. 91-96 e 103-08.

50. Para uma avaliação da decisão administrativa de usar a força contra a Sérvia, veja do autor *Serbia and Vietnam, A Preliminary Comparison of U.S. Decisions to Use Force*, Occasional Paper No. 8 (Maxwell AFB, Ala.: Center for Strategy and Technology, Air War College, maio de 1999).

51. Para a melhor avaliação existente da conduta e dos efeitos da Operação *Allied Force*, veja Anthony H. Cordesman, *The Lessons and Non-Lessons of the Air and Missile Campaign in Kosovo* (Westport, Conn.: Praeger, 2001).

52. Veja, por exemplo, Christian Caryl e John Barry, "Facing a Long, Cold Winter," *Newsweek*, 12 de novembro de 2001, Internet, <http://ebird.dtic.mil/Nov2001/e200111105facing.htm>; Robert Kagan and William Kristol, "Getting Serious," *Weekly Standard*, 19 de novembro de 2001, Internet, <http://ebird.dtic.mil/Nov2001/s20011113getting.htm>; J. Michael Waller, "Rumsfeld: Plagues of Biblical Job," *Insight*, 10 de dezembro de 2001, Internet, <http://ebird.dtic.mil/Nov2001/e20011119plagues.htm>; Thomas E. Ricks, "Rumsfeld's Hands-On War," *The Washington Post*, 9 de dezembro de 2001, Internet, <http://ebird.dtic.mil/Dec2001/e20011210hands.htm>; e Evann Thomas e John Barry, "Evil in the Cross Hairs," *Newsweek*, 24 de dezembro de 2001, Internet, <http://ebird.dtic.mil/Dec2001/e20011217evil.htm>.

53. William M. Arkin, "Rumsfeld's Year in Review," *The Washington Post*, 28 de janeiro de 2002.

54. "Tínhamos, razoavelmente, esperado realizar muito mais operações pesadas terrestres americanas" disse um funcionário do Departamento de Defesa. *The New York Times*. (Thom Shanker, "Conduct of War is Redefined by Success of Special Forces," *The New York Times*, 21 de janeiro de 2002.)

55. Veja John Hendren, "Afghanistan Yields Lessons for Pentagon's Next Targets," *Los Angeles Times*, 21 de janeiro de 2002.

56. Michael Ignatieff, *Virtual War, Kosovo and Beyond* (New York: Metropolitan Books, 2000), pp. 179-80.

Jeffrey Record ensina estratégia na Escola de Guerra do Ar e é autor de The Wrong War: Why We Lost in Vietnam (1998) e de Making War, Thinking History: Munich, Vietnam, and Presidential Uses of Force from Korea to Kosovo (2002). É um colaborador freqüente da revista Parameters.